

Entrevista / Walter Braga Netto, general

## 'Intervenção levou choque de gestão ao Rio'

Por Rodrigo Carro | Do Rio

Decretada em fevereiro, a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro foi, na visão de seu comandante, o general Walter Braga Netto, muito mais um choque de gestão que um conjunto de operações policiais. Em meio a uma corrida contra o tempo para empenhar até 31 de dezembro o orçamento de R\$ 1,2 bilhão destinado à intervenção, o militar disse ao Valor que a ingerência política na segurança pública foi um obstáculo concreto à melhoria do sistema. E que a escassez de recursos no Estado está longe de ser a principal barreira no combate à criminalidade no Rio.

**Valor: Qual a avaliação do sr. sobre a intervenção? Qual a maior dificuldade e as principais conquistas?**

Walter Braga Netto: É difícil colocar assim, "general, qual a maior dificuldade?", porque a situação era

muito nebulosa. Na realidade eram vários óbices que tínhamos. Eu tinha várias preocupações, sendo que uma grande preocupação, eu não quero classificar como a maior, mas uma grande preocupação era como seríamos vistos pelas secretarias intervencionadas. Porque se a secretaria me vê como interventor, como aquele que veio para intervir e "que está tudo errado!", não era essa a minha ideia. O que eu esperava era que eles me vissem como janela de oportunidade para transformá-los em instituição de Estado, acabar com aquela ingerência política dentro deles, que é o que não acontece nas Forças Armadas. E graças a Deus conseguimos que eles entendessem isso bem.

**Valor: Houve atrito?**

Braga: Eles aceitaram o nosso auxílio muito bem. Agora, uma grande preocupação que eu tinha era a parte penitenciária, mais por desconhecimento. Porque você tem um conhecimento muito grande na parte de segurança pública, não é a minha "praia". Não é a nossa

expertise, mas nós temos planejamento. Minha expertise é planejamento. A nossa expertise é gestão. E [para comandar] a intervenção federal, e eu gosto sempre de frisar que ela é federal, por um acaso resolveram colocar um militar da ativa. Ela foi de gestão, basicamente.

**Valor: Foi um choque de gestão?**

Braga: Foi de gestão e eu atingi todos os objetivos previstos. Os dados estão mudando. Antes de você chegar, assinei uma pilha de papéis. Decretos, promoções, reestruturações e tudo mais. Portarias foram 219, resoluções, 115, e decretos, eu assinei 55.

**Valor: E o nível de empenho? Temos R\$ 1,2 bi, está muito próximo?**

Braga: Esses empenhos, os valores mudam de hora em hora. A última informação que tive agora é de que já tínhamos passado dos 70%. Mas tenho empenhos prontos.





Fazemos uma tomada de preço, uma licitação e aí entram os recursos. Mesmo que os recursos sejam fracos e eu saiba que ele vai perder, tenho que seguir os prazos previstos na legislação. A intervenção é uma excepcionalidade que não está regulamentada. Então, mesmo tendo inexigibilidade ou dispensa de licitação, eu levei da ordem de três meses para colocar qualquer processo na praça, para que eu não corresse risco de no futuro haver questionamento em cima dos meus gestores e de mim.

**Valor: Pode superar R\$ 1 bilhão?**

Braga: Nossa expectativa é que amanhã ou depois de amanhã passemos de 90%. Mas essa estrutura toda só começou a funcionar a partir de agosto ou setembro. Eu tive um primeiro empenho em junho, se não em engano, mas não era recurso da intervenção, era para montagem do gabinete, coisa pequena. Esses empenhos, por exemplo, de viaturas, que eram R\$ 220 milhões, empenhos dos helicópteros, de R\$ 140 milhões, esses empenhos maiores começaram agora, por causa da legislação. Não reclamo. A legislação fazia parte do problema, nós tínhamos que resolver.

**Valor: A questão da escassez, da defasagem de equipamentos, a parte material, era uma pendência muito grande aqui no Rio?**

Braga: O que acontece é que não existia um fluxo logístico. Porque não adianta eu agora comprar 12 mil viaturas. Daqui a dois, três anos, eu vou ter 12 mil viaturas velhas. Isso tem que ter um fluxo. Compro de 4 mil em 4 mil. Não existia esse fluxo. Não existia fluxo de manutenção. No caso da Seap [Secretaria de Administração Penitenciária] você faz ideia de quantos presos são transportados por dia para audiências de custódia? Da ordem de 800 presos. Eles estavam com duas ou três viaturas funcionando. Aí arrumamos as viaturas e entregamos. E a viatura chegava e daqui a pouco quebrava. Eles não tinham a noção de manutenção.

**Valor: O sr. acha que o sucesso aqui no Rio abre caminho para outras intervenções em outros Estados? O senhor vê esse modelo replicado?**

Braga: Não vejo necessidade de intervenção. Eu acho que o modelo de gestão pode ser replicado. Só que tem que ser observado o seguinte: já

morei em praticamente todas as regiões do Brasil, com exceção de São Paulo. Cada uma tem a sua particularidade. O que acontece é que esse modelo tem que ser adaptado às condições daquela região. O modelo sim. Uma intervenção federal utilizando militares, eu não vejo necessidade. O sucesso da intervenção se deveu à gestão que fizemos.

**Valor: E esse modelo pode ser replicado?**

Braga: Eu acho. Todos esses planos. Fizemos plano de gestão de risco, plano de legado. O que tem que ter é uma continuidade em todos os planejamentos.

**Valor: O sr. vê realmente uma "economia do crime" estruturada num nível maior aqui no Rio?**

Braga: Eu não vejo economia do crime. Acho que o crime atua conforme a oportunidade e o momento. Por exemplo: começamos a atuar naquelas operações. Porque trabalhamos integrados com agências. Não era só Polícia Civil ou Militar. Eram Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, todos trabalhando dentro de um





planejamento, as inteligências coordenadas. Íamos para as operações de combate ao roubo de carga, que caíram sensivelmente. Quando eu atuo na Baixada, eles correm para Niterói. Isso vai acontecer sempre. Quando começo a combater dos dois lados, eles mudam para roubo de rua. Mas a nossa preocupação era qualquer tipo de crime que pudesse levar à perda de uma vida humana, que é o latrocínio, que caiu sensivelmente também.

**Valor: O sr. acha que a crise econômica do Rio foi um catalisador?**

Braga: Em dez dias foi montada a estrutura e em mais uma semana nós mobiliamos. Por isso que tenho tanto militar. Porque eu não tinha cargo e ninguém trabalha de graça, só o militar que recebe ordem e vem. Fizemos um levantamento e observamos que no ano passado deixaram de utilizar crédito e numerário da ordem de R\$ 220 milhões. E ainda tinham disponíveis

um total que chegaria a R\$ 640 milhões mais ou menos. Eles deixaram de usar R\$ 640 milhões, recursos do Estado. É gestão. O que fizemos? Pagamos cursos de gestão de contrato, termos de referência, projeto básico. Turmas de mais ou menos de 30 de todas as secretarias. Eu formei a massa crítica para que eles possam usar bem os recursos do Estado.

**Valor: Então, não foi falta de recursos...**

Braga: Houve também uma questão de gestão. Por isso que falo o tempo inteiro em gestão.

**Valor: Houve participação efetiva das polícias civil e militar nesse "choque de gestão"?**

Braga: Às vezes as polícias estavam tolhidas por aquele sistema político que não deixava elas fazerem. Quando nós chegamos, dissemos: "Agora vocês são instituição de Estado, o que tem de ser feito? Isso, isso e isso. Vamos

acertar". Promoção só por mérito. Comandante de batalhão, quem indica? Você acha que indico comandante de batalhão? Eu não. Indiquei o secretário. Dei uma lista para o secretário escolher o comandante da Polícia [Militar] e o chefe da Polícia Civil. A única diretriz que dei para ele foi: "Tem de escolher dentro do critério de liderança".

**Valor: Essa ingerência política é um obstáculo concreto na área de segurança pública?**

Braga: Eu acho. Nós estamos acostumados a trabalhar só com mérito. Se você tem mérito, progride. Se não tem, não progride. Não vou citar nomes. Não quer dizer que eu não recebesse os pedidos. O pedido chegava e eu analisava. Tinha mérito? Não fazia mais que a obrigação. Nem precisava ter pedido. Mas eu vi acontecer de pessoas que eram as primeiras da fila, há dois, três anos, e não eram promovidas porque não tinham padrinho. Isso desmotiva a tropa. (Colaborou Rafael Rosas)

## PEC buscará desvinculação do Orçamento

Por Claudia Safatle, Carla Araújo  
e Andrea Jubé | De Brasília

Uma das medidas que o governo Bolsonaro vai enviar ao Congresso será uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para desvincular o Orçamento da União, disse ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, o futuro vice-presidente, general Hamilton Mourão. "A Constituição engessa o país", afirmou. Hoje, o Congresso pode definir livremente a aplicação de apenas 8% do Orçamento. Com a desvinculação, terá poder para estabelecer as prioridades a cada ano, uma tarefa "mais apaixonante" para os parlamentares.

Na primeira reunião ministerial do novo governo, marcada para o dia 14, os ministros terão que apresentar seus planos para os cem dias iniciais. "Não haverá pacotes nem medidas impactantes". Todos os ministros foram orientados para que "desregulem" e "desburocratizem" suas áreas.

Assim que o novo Congresso tomar posse, no dia 2 de fevereiro, disse Mourão, o governo "deverá mandar adendos, emendas" ao projeto de reforma constitucional da Previdência, já em andamento, formulado pelo governo Michel Temer. O tempo dos militares no

serviço ativo deverá ser elevado de 30 para 35 anos, uma medida infraconstitucional.

O vice-presidente eleito afirmou acreditar que se o governo Bolsonaro fizer o dever de casa, aprovar as reformas da Previdência e tributária e colocar as contas públicas em ordem, haveria espaço para se tentar uma "repactuação" da dívida mobiliária interna, com a emissão de títulos públicos com prazos de vencimento mais longos.

Ele não se referiu a qualquer tipo de calote nem a uma medida unilateral e compulsória. "Não se trata dar calote, mas de tentar uma conversa com nosso credores sobre repactuação de prazos depois de aprovarmos as reformas". A justificativa para isso seria a liberação de alguns bilhões de reais para investimentos. "Hoje, nós pagamos cerca de R\$ 400 bilhões ao ano em juros da dívida. Se, em uma conversa, conseguirmos baixar a conta dos juros para R\$ 350 bilhões, teríamos R\$ 50 bilhões para investir".

Mourão advoga um "desmanche" do Estado. Antigamente, o dragão da economia era a superinflação. Agora, o dragão seria o Estado, que "se apropria de cerca de 45% do PIB e não devolve quase nada à população", os recursos se perdem na burocracia.

## Governo fará 'desmanche' do Estado, diz Mourão

Por Claudia Safatle, Carla Araújo e Andrea Jubé | De Brasília



Hamilton Mourão: para vice, "economia é o carro-chefe para arrumar a situação que o país está enfrentando".

Prestes a assumir a **vice-presidência do país, o general Hamilton Mourão** defende que o governo de Jair Bolsonaro envie ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para desvincular o Orçamento da União. "A Constituição engessa o país", disse, em entrevista ao Valor. Mourão afirmou que governo não começará "na base de impactos e pacotes", mas que todos os ministros deverão no dia 14 de janeiro, data marcada para acontecer a primeira reunião ministerial, apresentar metas e objetivos para "desregulamentar" e "desburocratizar" suas áreas.

O general defende que o texto da reforma da Previdência enviado pelo governo Michel Temer seja aproveitado e diz que os militares também estão dispostos a dar a sua contribuição com mudanças. O vice-

presidente sugeriu ainda que Bolsonaro dê explicações da situação das contas públicas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que, a aprovarem um aumento de 16,38% nos vencimentos, mostram "desconhecer a realidade".

Mourão defende ainda que, com as reformas aprovadas, será possível conversar com os investidores sobre o alongamento do prazo dívida mobiliária interna. O vice-presidente eleito se negou a comentar a situação do ex-motorista de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, que se apresentou como comerciante de carros para justificar a movimentação milionária em sua conta corrente: "Isso é um assunto do Ministério Público do Rio de Janeiro", resumiu. A seguir os principais trechos da entrevista:

**Valor: Como estão distribuindo as missões no início do governo? A economia dará respostas nos primeiros dias.**

Hamilton Mourão: A economia é o carro-chefe para arrumar essa situação que o país está enfrentando. Nós tivemos uma reunião preliminar na semana passada e foi dada a orientação que no dia 14 de janeiro, que vai ser a primeira reunião ministerial para valer, todos os ministros terão que apresentar o seu planejamento e as suas metas para os primeiros 100 dias, para serem

aprovadas pelo presidente. Nessa reunião preliminar, alguns ministros que já dispunham de algum conhecimento anterior apresentaram alguma visão mais objetiva do que eles têm pela frente, outros ainda estão tomando pé da situação.

**Valor: O ministério da Economia está entre esses que estão mais avançados?**

Mourão: Na economia nós temos uma noção muito clara, isso é uma visão do conjunto, que as reformas são muito importantes. Se a gente não conseguir levar adiante tanto a reforma da previdência como a tributária nós vamos ter muita dificuldade.

**Valor: Os senhores irão aproveitar o texto atual da reforma da previdência que já está na Câmara?**

Mourão: Eu acho que vai ter que ser aproveitada, até pelo problema de prazo. Se a gente for voltar para a estaca zero não vamos conseguir produzir nada no ano que vem. Poderia ser feito um adendo aqui outro ali dentro da visão que se tem. Mas o que está sendo trabalhado, eu não tenho dado concreto disso, vai ser colocado só nessa reunião de janeiro. Mas temos que usar o que está lá e colocar uma coisa a mais, que isso é permitido pelo regulamento [sic] interno do Congresso, para que a gente consiga no primeiro semestre





tentar passar isso aí.

**Valor:** *Antes dessa reunião de 14 de janeiro tem alguma coisa que já pode ser anunciada?*

Mourão: Nós não vamos começar na base de impactos e pacotes. Eu acho que gente tem que ser mais objetivo e não fazer coisas espalhafatosas que vão resultar em muito pouco resultado depois.

**Valor:** *Mas tem coisas também que podem dar uma sequência, por exemplo, abertura comercial, não?*

Mourão: Abertura comercial vamos ter que fazer um trabalho que tem que estar em fases, porque a nossa indústria não suporta um choque de abertura da noite para o dia. Nós vamos ter que fazer um faseamento. Numa reunião que eu tive com o pessoal da indústria eu usei um termo que era do presidente (Ernesto) Geisel (1974-1979) que dizia que era "lenta, gradual e segura" e acho que a abertura comercial tem que ser dessa forma, porque nós não vamos resistir a um choque.

**Valor:** *E sobre a intromissão do estado na vida do cidadão?*

Mourão: Todos receberam orientações sobre desregulação. Todos os ministros receberam orientação e têm que apresentar trabalhos e metas neste sentido, de você soltar um pouco, liberar as pessoas para que possam empreender com mais segurança.

**Valor:** *Antigamente, se dizia que era impossível empreender*

*com os juros altos, hoje os juros não são tão pesados, mas a carga tributária...*

Mourão: A nossa carga tributária está aí na faixa de 35% a 37% do PIB. O Estado leva 45% do PIB e não devolve. Se devolvesse, se tivéssemos hospitais de primeira qualidade, escolas maravilhosas, estradas fantásticas, estava todo mundo bem, mas não temos. É só para sustentar uma máquina pesada em termos de pessoal e pesada em termos de estrutura.

*"O acúmulo de recursos nas mãos do governo cria espaço para a política do toma-lá-dá-cá, para a corrupção"*

**Valor:** *Além da reforma da previdência e tributária, tem a reforma do estado, dá para ser feita?*

Mourão: É um troço difícil, por que qual é a margem de manobra que existe? São os cargos em comissão, que dentro do governo federal tem um número cabalístico aí que serão em torno de 23 mil, mas se somar em toda a estrutura da federação chegaria a 120 mil. Incluindo função gratificada, cargo em comissão, estatal, isso aí você tirando os concursados. De todos os entes somados, os três níveis. É um exército.

**Valor:** *Dá pra reduzir para quanto?*

Mourão: Não para chegar e dizer: 'vou reduzir em 50%'. Cada um vai

ter que avaliar dentro da sua estrutura qual é quantidade que ele pode manter, tem que ser um processo de estrangulamento e nós temos o problema do próprio funcionalismo público que a gente não consegue reduzir, porque isso mexe com as igrejinhas. Lá em São Paulo foi aprovado o novo regime de previdência do funcionalismo e já está colocada greve.

**Valor:** *Como convencer os parlamentares sobre a necessidade da reforma da Previdência?*

Mourão: Temos que fazer uma campanha de esclarecimento, tanto no Congresso como da população. O homem comum, o cidadão que não estuda muito, tem ideias preconcebidas do papel do estado na vida futura dele. A gente tem que explicar isso, porque se não ocorrer (a reforma) ninguém vai ter futuro. Mas se ela for aprovada vai trazer mais confiança para o país dos investidores.

**Valor:** *Vocês querem romper com o fisiologismo, o Congresso vai corresponder?*

Mourão: Vai ser um governo de persuasão. A gente tem que mostrar pra eles a responsabilidade que eles têm. Não querendo jogar a população contra, mas é tentar ser mais coerente. Tem muito parlamentar ali que não entende. Você tem ali - como em qualquer grupo social - tem 30% que são realmente esclarecidos, tem 40% que é a 'meiuca' que vai pra onde sopra o vento, e mais 30% que não sabe nem onde é a "curva do A".





**Valor:** *Isso é atribuição do presidente?*

Mourão: Acho que do presidente, do coordenador político, o general Santos Cruz (Secretaria de Governo). Se o presidente me delegar essa tarefa eu vou lá conversar. Vamos expor didaticamente.

**Valor:** *E os filhos dos presidentes, dois deles são parlamentares, qual vai ser o papel deles?*

Mourão: Os filhos devidamente orientados pelo presidente podem auxiliar e muito. Compete ao presidente conversar e orientar eles. É a primeira vez que temos na história da República presidente com filhos parlamentares. Eles têm uma interação muito grande, são muitos amigos. Estamos num momento de acomodação. Quando começar a nova legislatura em fevereiro eles estarão com as tarefas bem definidas.

**Valor:** *E a previdência dos militares, ela também será feita?*

Mourão: O que tem que ficar muito esclarecido é que o militar não tem uma previdência, eles têm um sistema de proteção pelas peculiaridades da profissão. Mas já estão colocadas as questões que entrariam, como o aumento de permanência do serviço ativo. Hoje precisa de 30 anos de serviço e a ideia é passar para 35 no primeiro momento. E também as pensionistas passariam a descontar, seria uma forma a mais de contribuição. A questão dos militares é

infraconstitucional.

**Valor:** *O senhor tem recebido investidores estrangeiros?*

Mourão: Alguns. Recebi o Bank of America, JP Morgan. O dado que eu tenho é que existem US\$ 9 trilhões no mundo sendo negativados porque não estão sendo investidos em atividade de risco, então temos que absorver alguma coisa disso.

**Valor:** *Há anos se fala em fazer reforma tributária, como ela seria?*

Mourão: A reforma tributária tem de estar atrelada à reforma do Estado, e essa reforma é a do pacto federativo. Temos que colocar o recurso o mais cedo possível nas mãos do Estado e do município, e não ficar distribuindo migalhas. Caberá ao Governo Central ficar com menos recursos na mão dele. O governador do Estado e o prefeito são aqueles que têm a melhor noção das carências e necessidades.

**Valor:** *Mas para fazer isso tem que ter uma desvinculação geral.*

Mourão: Essa é a outra ideia que nós temos que eu considero extremamente pertinente, e isso daria um papel relevante para o Congresso. O Congresso hoje discute - sem querer desmerecer o papel dos congressistas -, assuntos periféricos. Se eles tivessem todo o Orçamento para realmente dizer o que vai para cada um eles teriam uma responsabilidade maior e o Executivo ficaria com a função de executar o Orçamento. O Executivo tem 8%, 9% para mexer.

**Valor:** *Como isso será feito?*

Mourão: Essa desvinculação teria que ser feita por emenda constitucional, porque a Constituição diz que tanto vai pra saúde, outro tanto para a educação. A Constituição foi feita na saída do que foi o período militar, quando várias corporações estavam batalhando um naco. Então se colocou coisa demais na Constituição. A Constituição da forma como está engessa o país.

*"O militar não tem uma previdência; eles têm um sistema de proteção pelas peculiaridades da profissão"*

**Valor:** *O presidente Jair Bolsonaro vai sancionar ou vetar a prorrogação dos incentivos fiscais para empresas que investirem nas áreas da Sudam, Sudene e Sudeco, diante de possível rombo?*

Mourão: Não conversei esse assunto com o presidente. Ali no dia 2 a gente vai ter bastante trabalho. Há os outros prejuízos lançados, como o aumento do Judiciário e dos funcionários públicos.

**Valor:** *O STF está fora da realidade?*

Mourão: Há um certo ativismo lá dentro, ora político, as simpatias políticas que alguns dos ministros têm, e às vezes uma coisa pessoal. A gente tem que conversar. Sentar um dia com os 11 ministros e expor para eles a situação do país. Acho que eles não conhecem. Sou favorável a que





o presidente vá lá um dia e explique que se os senhores aprovam medidas dessa natureza, vamos cada vez mais nos encalacrar. Levaria o ministro da economia a tiracolo.

**Valor:** *O Brasil está quebrado...*

Mourão: Eu sei disso, pagamos R\$ 400 bilhões por ano de juros, temos um déficit de R\$ 139 bilhões, isso na conta de padeiro. Por isso precisamos aprovar essas reformas, porque com a melhoria do nosso rating nós poderemos até emitir títulos pagando juros menores. Podemos fazer uma repactuação dessa dívida, podemos alongar o prazo, diminuir o pagamento anual dos juros para R\$ 350 bilhões; R\$ 50 bilhões a mais é muito pra gente investir em coisas que a iniciativa privada talvez não queira.

**Valor:** *Esse é um tema muito delicado: a repactuação não pode ser interpretada como um calote?*

Mourão: O PPI vai ficar com o general Santos Cruz na Secretaria de Governo. O que ele precisar, a gente apoia. Eu montei uma equipe multidisciplinar capaz de oferecer soluções caso seja necessário.

**Valor:** *Mas é como um suporte, um conselho?*

Mourão: Não é um conselho, é uma equipe capacitada a trabalhar em qualquer assunto temático. Por exemplo: precisamos discutir o Acordo de Paris, tem gente para dar esse subsídio. É o meu dream team: são oito analistas.

**Valor:** *O presidente se encontra com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu nesta sexta-feira. O governo vai ter uma relação especial com Israel?*

Mourão: Não sei ainda. O que eu vejo é que hoje Israel tem uma aproximação muito grande com o presidente, já de algum tempo. Vamos ver até que ponto isso vai acontecer. Até porque temos que olhar, dentro do sistema internacional, pragmaticamente, o que se pode auferir nesse processo. Não podemos ficar só com o ônus, a gente tem que ter bônus também.

**Valor:** *Pode haver alguma retaliação dos países árabes com essa aproximação de Israel?*

Mourão: Depende do grau da aproximação, né? Isso aí tem que ser estudado até porque o presidente não tomou nenhuma decisão a respeito, e quando chegar a hora, a gente vai apresentar uma visão pra ele, e ele poderá decidir em melhores condições.

**Valor:** *E essa relação com os Estados Unidos, será de adesão automática?*

Mourão: Não, o que existe, e que acho inegável, é que nós temos hoje um governo pró-Trump que tem uma visão pró-valores da democracia americana, que admira esses valores. Mas não é um concorde imediato com qualquer coisa que for produzida por lá. É uma relação de governo, que não pode ultrapassar esses limites.

**Valor:** *Logo no início, o governo vai ter que decidir sobre o subsídio do diesel aos caminhoneiros.*

Mourão: Sim, o general Heleno fez uma reunião a esse respeito. Acho que a tendência é manter o subsídio até que se consiga uma solução melhor. Tem a questão da tabela de frete, que o [ministro da Infraestrutura] Tarcísio Freitas está trabalhando em cima também. Nós não temos condição de, de hoje para amanhã, solucionar esse problema.

**Valor:** *Quando haverá uma solução?*

Mourão: Na minha visão, onde está a raiz desse problema todo? No sistema tributário. Então, se a gente consegue dar uma acertada na questão da tributação, e os combustíveis, qual o índice maior da tributação? É o ICMS, que é de onde os Estados tiram o dinheiro. Onde eu moro, no Rio de Janeiro, é absurdo. É a gasolina mais cara do Brasil, custa R\$ 5, é 35% o ICMS lá sobre o combustível.

**Valor:** *Tudo virou uma indústria pra arrecadar...*

Mourão: Mas arrecadar por que? Porque você tem que alimentar o dragão. É isso tudo que tem que ser explicado pra um conjunto de parlamentares e população, porque nós temos que domar o dragão. Domamos o dragão da inflação, mas esse outro dragão do Estado ainda não está domado. Está solto aí. Temos muito para fazer, na realidade, pra desfazer. Um desmanche, se fizer







um desmanche. Eu já fiz essa comparação, eu gosto de cavalo, gosto de montar, já disse que Brasil é um cavalo olímpico capaz de saltar 1m80, mas tá todo amarrado, só salta 0,70 cm. O Paulo Guedes falou, tem que tirar as bolas de ferro do pé industriais.

***Valor: Como chegamos a esse ponto?***

Mourão: Porque aqui existe a associação do patrimonialismo com essa visão de que o Estado é o grande protetor. E depois pronto. E aí você junta o populismo, que tivemos tanto de direita como de esquerda.

***Valor: Talvez a principal tarefa seja esse desmanche***

Mourão: É, no Exército a gente tem um ditado: chefe bonzinho morre coitadinho. Não pode ser bonzinho, porque depois as próximas gerações serão beneficiadas. Hoje as próximas gerações não têm futuro, do jeito que tá.

***Valor: O que o senhor achou das explicações do ex-assessor e motorista de Flavio Bolsonaro, que disse que as movimentações atípicas identificadas pelo Coaf eram resultado de compra e venda de carros?***

Mourão: Sem comentários. Hoje isso é um problema do Ministério Público do Rio de Janeiro, não tenho nada a ver com isso.

## Mesmo com rombo de R\$ 16,2 bi em novembro, governo cumprirá meta

*Déficit foi de R\$ 16,2 bilhões no mês passado, mas governo tem folga para cumprir meta anual*

Bernardo Caram

As contas públicas registraram em novembro déficit primário de R\$ 16,2 bilhões, o que representa o terceiro pior resultado para o mês da série histórica iniciada em 1997. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (27) pelo Tesouro Nacional.

O número abrange os resultados das contas de Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

No mesmo mês do ano passado, o saldo foi positivo em R\$ 1,3 bilhão. Na série histórica, os únicos meses de novembro que registraram rombo maior foram os de 2015 (R\$ 21,3 bilhões) e 2016 (R\$ 38,5 bilhões).

O resultado do mês passado foi puxado pelo desempenho da Previdência Social, que registrou déficit de R\$ 18 bilhões. Banco Central e Tesouro contribuíram com um saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão.

“É latente a necessidade de implementação de reformas fiscais estruturais para viabilizar a retomada de superávits primários. A principal reforma estrutural é a da Previdência”, afirmou o Tesouro.

No mês passado, em comparação com novembro de 2017, as despesas totais do governo subiram 5,4%, já descontada a inflação. Ao mesmo tempo, houve queda real de 10,4% na receita líquida.

Apesar do resultado negativo, a Receita Federal afirmou que o número veio em linha com as expectativas de mercado.

“É um mês tipicamente de resultado abaixo da média observada no ano”, disse o secretário-adjunto do Tesouro, Otávio Ladeira.

Ele explicou que o saldo de novembro do ano passado só foi positivo porque houve uma receita atípica. Naquele período, o governo federal arrecadou cerca de R\$ 12 bilhões com o leilão de quatro usinas hidrelétricas.

No acumulado dos 11 primeiros meses do ano, o resultado fiscal está negativo em R\$ 88,5 bilhões, o que deixa uma larga margem para o cumprimento da meta fiscal deste ano.

A meta definida pelo governo para 2018 autoriza que as contas fechem o ano com um rombo de R\$ 159 bilhões.

Parte da folga no orçamento

gerada ao longo deste ano pode ser atribuída às receitas com royalties de petróleo.

De janeiro a novembro, foram arrecadados R\$ 57,4 bilhões com essa fonte, um aumento real de 60% em relação ao mesmo período de 2017.

Para o saldo final deste ano, Ladeira estimou que o resultado primário de 2018 deve ficar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões melhor do que a meta estabelecida.

Levando em conta essa estimativa, o saldo dezembro, a ser divulgado em janeiro, teria que ser negativo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Ladeira afirmou que ainda não pode prever esse resultado.

“Tem um conjunto de variáveis que não temos percepção ao certo de como vão se comportar”, disse.

Entre os fatores de difícil previsão, segundo ele, está o chamado empoçamento, quando ministérios não conseguem gastar recursos que já estão liberados. Até novembro, esse saldo travado no orçamento somou R\$ 12,2 bilhões.